

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Banco de talentos para o cargo de

Assessor jurídico

PROVA OBJETIVA - P1

Nome completo:

Nº do CPF

Assinatura do candidato

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Investir em aprender pagará dividendos por toda a vida pessoal.

- Verifique se este caderno:
- Contém 80 questões, numeradas de 1 a 80;
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de resposta;
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.
- As respostas deverão ser marcadas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. O Direito Humano fundamental à saúde, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é garantido com as seguintes características:

- a) Gratuito, universal e de competência repartida por Lei entre os entes da Federação.
- b) Universal, gratuito e de competência solidária dos três entes da federação.
- c) Universal, gratuito e de eficácia limitada por Lei.
- d) Universal, porém, gratuito apenas para quem comprovar ser pobre na forma da Lei.
- e) Possibilidade de pagamento de valor extra para realização de upgrade nas acomodações.

2. Analise as seguintes afirmações:

- I. O poder constituinte originário é caracterizado por sua autonomia em relação a todos os outros órgãos e poderes, bem como por ser ilimitado juridicamente, rompendo por completo com a ordem jurídica anteriormente estabelecida, exceto no que condiz aos tratados internacionais previamente firmados.
- II. O poder constituinte derivado decorrente é aquele conferido numa federação aos entes subnacionais para que organizem as suas próprias constituições ou leis orgânicas, respeitando os limites da Constituição Federal, não se relacionando diretamente com o poder constituinte originário.
- III. O poder constituinte derivado reformador é criado pelo poder constituinte originário e dele se distingue por ser pautado por regras e procedimentos rígidos, que visam preservar a intangibilidade de alguns temas previamente definidos.

De acordo com a visão clássica da Teoria do Poder Constituinte, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas I e II são incorretas.
- b) I, II e III são incorretas.
- c) Apenas I e III são incorretas.
- d) Apenas II e III são incorretas.
- e) Apenas II é incorreta.

3. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o dever do Estado com relação à educação será efetivado mediante a garantia de:

- a) educação básica obrigatória e gratuita dos 04 aos 21 anos de idade, ressalvada a gratuidade para aqueles que não tiveram acesso a esse nível de educação na idade própria.
- b) progressiva universalização do ensino médio gratuito.
- c) atendimento educacional especializado às pessoas deficientes, obrigatoriamente na rede regular de ensino.
- d) educação infantil, em creche e pré-escola, para crianças de até 07 anos de idade.
- e) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo plano educacional único, a ser implementado para todos os cidadãos.

4. Com relação ao direito adquirido, assinale a opção correta.

- a) Considera-se direito adquirido aquele cujo titular possa exercê-lo pessoalmente e não por meio de representante.
- b) Não subsiste direito adquirido se a norma jurídica que o fundamenta perder eficácia.
- c) Indivíduos podem ter direito adquirido mesmo que este ainda não seja exercitável.

d) Na esfera previdenciária, quando cumpridas as condições para que servidor público possa se aposentar, ele passa a ter direito adquirido à condição jurídico-subjetiva da aposentadoria, com proteção contra incidências tributárias mais severas sobre seus proventos.

e) A proteção jurídica do direito adquirido não prevalece sobre normas constitucionais originárias.

5. No que diz respeito à ação declaratória de constitucionalidade (ADC), assinale a opção correta.

a) Diferentemente do que ocorre com a ação direta de inconstitucionalidade, a ADC não possui efeito dúplice.

b) A ADC não deve ter como objeto direito pré-constitucional.

c) No caso de ADC promovida pelo procurador-geral da República, é dispensável a intimação desse procurador para atuar como fiscal da ordem jurídica (custos juris).

d) As decisões do STF proferidas em ADC são irrecorríveis.

e) Devido a seu caráter abstrato, não cabe instrução processual na ADC.

6. Um cidadão de baixa renda, posseiro de um pequeno lote urbano no qual reside e trabalha, pretende ingressar em juízo para discutir a iminente desapropriação da área, determinada pelo município. Em razão da desapropriação, o município pagará uma indenização ao posseiro, a ser feita por meio de títulos da dívida pública, consoante a legislação municipal.

Nessa situação hipotética,

a) a posse do lote, que não se confunde com a propriedade, não pode ser objeto de desapropriação.

b) como se trata de um imóvel de pequeno porte e produtivo, o lote está imune à desapropriação.

c) como o ato é soberano do Poder Executivo, a indenização é devida em razão da desapropriação do lote não comportar controle judicial.

d) a legislação municipal não deve prevalecer, haja vista ser privativa da União a competência para legislar sobre desapropriação.

e) o lote não pode ser desapropriado, pois não se permite que a indenização por desapropriação urbana seja feita mediante títulos da dívida pública.

7. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é cabível a impetração de habeas corpus para

a) questionar a atipicidade da conduta e a ausência de materialidade delitiva.

b) impugnar decreto de governador de estado que exija comprovação da vacinação contra a covid-19 para que pessoas possam circular e permanecer em locais públicos e privados.

c) utilizar o referido instrumento processual como sucedâneo de recurso ou revisão criminal.

d) controlar a razoabilidade da duração da investigação policial.

e) comprovar que o réu por tráfico não estava associado, de modo estável, com outros corréus.

8. De acordo com a mais recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da atuação das defensorias públicas junto ao STJ, é correto afirmar que

a) a Defensoria Pública Estadual, para receber intimações das decisões proferidas

pelo STJ, deve ter aderido ao Portal de Intimações Eletrônicas do Tribunal ou manter representação em Brasília.

b) a atuação junto ao STJ é exclusiva da Defensoria Pública da União.

c) a Defensoria Pública Estadual, para receber intimações das decisões proferidas pelo STJ, deve necessariamente manter representação em Brasília, caso em que poderá atuar nesse tribunal sem restrições.

d) a Defensoria Pública Estadual, para receber intimações das decisões proferidas pelo STJ, deve necessariamente manter representação em Brasília e ter aderido ao Portal de Intimações Eletrônicas do Tribunal.

e) a Defensoria Pública da União deve acompanhar o julgamento dos recursos interpostos por defensores públicos estaduais, mas as defensorias estaduais é que devem ser intimadas das decisões e acórdãos naquela proferidos.

9. Acerca das funções institucionais, garantias e autonomia administrativa, funcional e financeira da Defensoria Pública, considerando o tratamento constitucional conferido ao órgão e o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

I. A Defensoria Pública tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos, desde que adstrito ao critério da hipossuficiência socioeconômica dos titulares.

II. É inconstitucional a Lei Orçamentária Anual na qual o Governador do Estado, ao encaminhar o projeto para a Assembleia Legislativa, reduziu a proposta orçamentária elaborada pela Defensoria Pública e que estava de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

III. A Defensoria Pública detém exclusividade na prestação de assistência

jurídica integral e gratuita aos necessitados, sendo inconstitucional qualquer iniciativa de Executivo Municipal nesse sentido.

IV. Fere a autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública a ordem judicial para a implementação de determinadas unidades/sedes.

a) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

b) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

d) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

e) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

10. No que tange ao regime jurídico de proteção das comunidades quilombolas, assinale a opção correta.

a) O Supremo Tribunal Federal admite a existência da denominada tese do marco temporal em relação ao reconhecimento da propriedade dos remanescentes de comunidades de quilombos.

b) A Constituição Federal de 1988, em atenção ao valor histórico-cultural dos extintos quilombos, consagrou diretamente, independentemente de lei, o tombamento de todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas que lhes fazem referência.

c) A Constituição Federal de 1988, ao reconhecer o direito de propriedade aos remanescentes das comunidades dos quilombos, faz referência exclusiva às comunidades compostas por ex-escravizados, sem levar em conta outros processos de ancestralidade negra relacionados com a resistência histórica à opressão perpetrada contra o povo negro.

d) Segundo o Decreto n.º 4.887/2003, competem à Fundação Cultural Palmares a

identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

e) O Decreto n.º 4.887/2003 reconhece o critério da autoidentificação das comunidades quilombolas e determina que ele, assim como o instrumento de vínculo associativo, seja inscrito no cadastro geral junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Determinado município invadiu o imóvel de propriedade de Tício, de forma irregular e ilícita, sem respeitar os procedimentos administrativos e judiciais inerentes à desapropriação, e iniciou a construção de uma escola municipal. Tício estava internado por longo período em tratamento de doença grave e, ao retornar para seu imóvel, verificou que a escola já tinha iniciado suas atividades.

Ao buscar assistência jurídica na Defensoria Pública do Estado do Amapá, Tício foi informado de que, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é cabível o ajuizamento de ação de:

- a) Reintegração de posse, cujo prazo prescricional é de cinco anos;
- b) Reintegração de posse, cujo prazo prescricional é de quinze anos;
- c) Indenização por desapropriação indireta, cujo prazo prescricional é de dez anos;
- d) Indenização por desapropriação indireta, cujo prazo prescricional é de quinze anos;
- e) Indenização por desapropriação indireta, cujo prazo prescricional é de vinte anos;

12. Assinale a opção correta conforme os ensinamentos de direito administrativo.

a) Caso um servidor público seja empossado em cargo privativo de bacharel em direito, em razão da apresentação de diploma falso, a administração pública ou o poder judiciário, após a comprovação da ilegalidade, deverá anular o ato da posse, estendendo-se a anulação também aos atos que, praticados pelo servidor, envolvam terceiros, ainda que de boa-fé.

b) Caso um servidor comissionado seja exonerado por autoridade competente por decisão motivada por escrito, na qual se justifique a exoneração pela existência de faltas frequentes e injustificadas, o ato da administração, por ser discricionário e não exigir motivação expressa, conforme a teoria dos motivos determinantes, não pode ser contestado.

c) Os serviços públicos são concebidos, em uma acepção ampla, como as atividades materiais que a lei atribui ao Estado, em referência direta com o princípio da continuidade dos serviços públicos.

d) As autarquias integram a administração indireta, desempenham atividades típicas da administração pública e adquirem personalidade jurídica mediante a inscrição de seus atos constitutivos nos registros públicos.

e) A concessão de licença-paternidade aos servidores públicos, regulada pela Lei nº 8.112/1990, é exemplo de ato administrativo discricionário, ou seja, cabe à administração negá-la ao servidor caso o seu afastamento seja considerado prejudicial ao serviço.

13. Tício, servidor público municipal que atua em hospital da rede pública estadual, no exercício regular de sua função, aplicou determinada medicação em um paciente, que, sendo alérgico à mesma, acabou vindo a óbito. No procedimento instaurado para

apuração de responsabilidades, restou comprovada a ausência de culpa de Tício, eis que apenas seguiu a prescrição do médico responsável, também servidor do mesmo hospital. Inconformados, os familiares do falecido solicitaram à Defensoria Pública a adoção das medidas judiciais cabíveis para a responsabilização civil pelos danos sofridos. Diante da situação narrada,

a) cabe a responsabilização objetiva do Estado, independentemente da comprovação de dolo ou culpa de quaisquer dos servidores, sendo esta última circunstância necessária apenas para fins de direito de regresso.

b) o Estado somente poderá ser civilmente responsabilizado pelos danos sofridos pelos familiares se comprovada a prestação deficiente do serviço, com a necessária delimitação da parcela de culpa de cada um dos envolvidos.

c) descabe a responsabilização do Estado, eis que configurada culpa exclusiva do servidor, caracterizada por imperícia ou imprudência, respondendo este diretamente pelos danos causados.

d) incide a responsabilidade subjetiva e exclusiva do Estado, com base na teoria do risco administrativo, cabendo, para tanto, a demonstração de omissão no dever de fiscalizar a atuação de seus agentes.

e) o Estado e o servidor responsável pela prescrição do medicamento respondem, solidariamente e de forma objetiva, pelos danos causados, salvo se presente causa excludente de responsabilidade civil como, por exemplo, culpa de terceiro.

14. Determinado ato administrativo está viciado em razão de não ter sido praticado por pessoa de qualquer modo investida em cargo, emprego ou função, não possuindo, portanto, atribuições próprias de agente público. O vício identificado está relacionado

a) ao motivo, na categoria de incapacidade, tratando-se de caso de usurpação de função.

b) ao sujeito, na categoria de incapacidade, tratando-se de caso de função de fato.

c) à forma, na categoria de incapacidade, tratando-se de caso de função de fato.

d) ao sujeito, na categoria de incompetência, tratando-se de caso de usurpação de função.

e) à incapacidade, na categoria de incompetência, tratando-se de caso de abuso de poder.

15. Quanto ao servidor público, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, após a estabilidade,

a) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, sendo vedado seu aproveitamento em outro cargo público.

b) será exonerado ad nutum, sem direito à remuneração.

c) será obrigatoriamente exonerado, sendo-lhe garantidos os direitos inerentes ao cargo.

d) será obrigatoriamente demitido, sendo-lhe garantidos os direitos inerentes ao cargo.

e) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo público.

DIREITO PENAL

16. Sobre a prescrição, é incorreto afirmar:

a) A extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não

impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

b) Quanto à prescrição das penas restritivas de direito, aplicam-se os mesmos prazos previstos para as privativas de liberdade.

c) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, podendo ter como termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

d) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, na data da sentença, ou maior de 70 (setenta) anos.

e) A prescrição da pena de multa ocorre em 2 (dois) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada.

17. No Direito Penal, quanto ao erro, é incorreto afirmar:

a) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

b) O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

c) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena, considerando-se, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, e não as da pessoa visada.

d) Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

e) Responde pelo crime o terceiro que determina o erro.

18. Sobre os princípios penais, assinale a assertiva incorreta:

a) Segundo o princípio da legalidade estrita, novos crimes só podem ser criados por meio de lei ordinária.

b) O princípio da lesividade parte da premissa que o direito penal só pode incidir em hipóteses de lesão ou risco de lesão a bens jurídico-penais.

c) O princípio da intranscendência possui previsão constitucional, além de ser acolhido pela jurisprudência dos tribunais superiores.

d) O princípio da adequação social implica exclusão da tipicidade material diante da prática de condutas criminosas, porém tolerada pela sociedade.

e) O princípio da insignificância implica exclusão da tipicidade formal diante lesão ou risco de lesão irrelevante ao bem jurídico tutelado.

19. No dia 23.02.2022, Pedro praticou um crime, tipificado na Lei X, cuja pena prevista era de 5 (cinco) a 9 (nove) anos de reclusão. No dia 27.06.2022 entrou em vigência a Lei Y, que estabeleceu para o mesmo crime a pena de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de reclusão. Entretanto, no dia 28.11.2022 entrou em vigência a Lei Z, que estabeleceu para o mesmo crime a pena de 7 (sete) a 10 (dez) anos de reclusão. Nesse caso, assinale a alternativa que indica a lei que o juiz deveria aplicar, ao prolatar a sentença condenatória no dia 02.04.2023:

a) Lei X, visto que ela possui ultratividade penal.

b) Lei Y, visto que ela possui retroatividade e ultratividade penal.

c) Lei Z, face ao princípio tempus regit actum.

d) Lei Y, face ao princípio tempus regit actum.

e) Lei X, visto que ela estava em vigência na data do crime.

20. Nathan confessou a prática do delito em sede policial, mas se retratou em juízo, razão pela qual o juiz deixou de reconhecer a atenuante. Na visão do Superior Tribunal de Justiça, a postura do magistrado foi:

a) Correta, pois a atenuante da confissão se fundamenta somente nos efeitos ou facilidades que a admissão dos fatos pelo réu eventualmente pode trazer para a apuração do crime, como na colaboração premiada.

b) Incorreta, pois o réu fará jus à atenuante do art. 65, III, “d”, do CP quando houver admitido a autoria do crime perante a autoridade, independentemente de a confissão ser utilizada pelo juiz como um dos fundamentos da sentença condenatória, e mesmo que seja ela parcial, qualificada, extrajudicial ou retratada.

c) Correta, pois, para a atenuação da pena, a confissão deve ser total e irrestrita.

d) Correta, pois a retratação, em Juízo, de confissão na fase pré-processual inviabiliza a observância da atenuante do artigo 65, inciso III, alínea “d”, do Código Penal.

e) Incorreta, mas a atenuação da pena dependeria de menção expressa da confissão na sentença, pois esse seria o momento constitutivo do direito.

21. Sobre as penas restritivas de direitos, é correto afirmar:

a) O descumprimento prévio de acordo de não persecução penal impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos na sentença.

b) A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações inferiores a seis meses de privação da liberdade.

c) Se o crime for praticado com violência ou ameaça à pessoa, o juiz poderá aplicar a substituição da pena privativa de liberdade

por restritiva de direitos, desde que a medida seja socialmente recomendável.

d) A limitação de fim de semana somente é aplicada aos crimes punidos com detenção.

e) A pena restritiva de direitos que substitui pena privativa de liberdade superior a um ano pode ser cumprida em menor tempo, nunca inferior à metade da pena fixada.

22. Sobre as medidas de segurança, é correto afirmar:

a) A lógica antimanicomial se funda na segregação hospitalar da pessoa com transtorno mental que tenha praticado um injusto penal para sua tentativa de cura.

b) Segundo a Lei no 10.216/2001, a desinternação é sempre condicional, podendo ser restabelecida se dentro de um ano o agente praticar fato indicativo de persistência de sua periculosidade.

c) O Código Penal adota o sistema do duplo binário.

d) É inaplicável o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) aos inimputáveis por doença mental.

e) O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.

23. Segundo a orientação que prevalece no Superior Tribunal de Justiça, o crime de furto praticado:

a) o interior de residência durante o repouso noturno atrai a incidência da causa de aumento prevista no art. 155, § 1º, do CP, ainda que o delito seja na forma qualificada.

b) mediante ligação clandestina de água de concessionária de serviço público é insuficiente para a incidência da qualificadora da fraude.

c) com duas qualificadoras não admite que uma delas seja utilizada para qualificar o delito e a outra para exasperar a pena-base.

d) com destruição ou rompimento de obstáculo configura a forma qualificada do delito, ainda que o dano recaia sobre o próprio objeto da subtração.

e) com qualificadora objetiva permite o reconhecimento do privilégio desde que o réu seja primário e de pequeno valor o bem furtado.

24. Na primeira etapa da dosimetria, Felipe, condenado pelo crime de roubo, teve sua pena-base exasperada sob fundamento de que ele possui personalidade voltada para o crime, o que configura:

- a) Direito penal do autor.
- b) Direito penal do fato.
- c) Direito penal do injusto.
- d) Direito penal paralelo.
- e) Direito penal clássico.

25. “Na margem brasileira, explicitamente racista, pois, fundada sobre o racismo hereditário do centro (lugar de fala de Hulsman, estando ele mesmo assentado na concepção racial), se faz imprescindível um sistema de controle que mantenha a ordem racial de sua arquitetônica excludente, que preestabeleça lugares (de ser, estar e de falar), saberes e poderes, determinando quem mata e quem morre, quem violenta e quem é violentado, pois o disciplinamento, aqui, sempre teve por base castigos corporais, mutilações e mortes orientadas ao corpo negro.” (GÓES, Luciano. Abolicionismo penal? Mas qual abolicionismo, “cara pálida”? Revista InSURgência. Brasília. Ano 3. v.3. n.2. 2017. Pg. 97).

Considerando o texto acima, é possível compreender o fenômeno do encarceramento

em massa no Brasil, sob o ponto de vista empírico e teórico, a partir da correlação entre:

- a) o racismo individual e o direito penal do autor.
- b) o racismo estrutural e o abolicionismo penal.
- c) o racismo institucional e o minimalismo penal.
- d) o racismo estrutural e o direito penal do inimigo.
- e) o racismo recreativo e o garantismo penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

26. Segundo o Código Processual Penal a representação do ofendido:

- a) será irretratável.
- b) será retratável em qualquer momento.
- c) será irretratável depois de oferecida a denúncia.
- d) será retratável depois de oferecida a denúncia.
- e) será irretratável depois de recebida a denúncia.

27. Desconsiderando eventuais decisões das cortes superiores sobre o tema, segundo a leitura exegética do Código Processual Penal é correto afirmar que:

- a) O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível não poderá proferir a sentença ou acórdão.
- b) O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível poderá proferir a sentença ou acórdão.
- c) O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível deverá absolver o

acusado com fundamento no princípio do in dubio pro reo.

d) O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível deverá condenar o acusado com fundamento no princípio do in dubio pro societate.

e) A prova declarada inadmissível não poderá ser valorada no processo penal para quaisquer fins, devendo ser completamente desconsiderada.

28. No que se refere ao Habeas Corpus utilizado para buscar a revogação da prisão preventiva, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

a) Não pode o tribunal de segundo grau, em sede de habeas corpus, deixar de inovar ou suprir a falta de fundamentação da decisão de prisão preventiva do juízo singular quando necessário, uma vez que está obrigado à preservar o aprisionamento, que deve ser a regra em detrimento da liberdade, conforme base principiológica do Código Processual Penal Brasileiro.

b) O Habeas Corpus não é remédio constitucional cabível para atacar a prisão preventiva, uma vez que esta não é definitiva e tem caráter apenas cautelar.

c) Pode o tribunal de segundo grau, em sede de habeas corpus, suprir a falta de fundamentação da decisão de prisão preventiva do juízo singular, vedada apenas a inovação.

d) Pode o tribunal de segundo grau, em sede de habeas corpus, suprir a falta de fundamentação da decisão de prisão preventiva do juízo singular.

e) Não pode o tribunal de segundo grau, em sede de habeas corpus, inovar ou suprir a falta de fundamentação da decisão de prisão preventiva do juízo singular.

29. Carlos foi acusado pela prática do crime de tráfico de drogas e por não ter constituído advogado, está sendo assistido pela Defensoria Pública do Estado do Amapá. Finalizada a instrução, os autos foram remetidos à defesa para apresentação de Alegações Finais por memoriais. Ao analisar o processo, você, na condição de assessor responsável pela elaboração da minuta da peça, identifica que o laudo toxicológico definitivo faz menção ao fato de que o material apreendido e periciado teria sido armazenado em uma sacola de supermercado de plástico transparente, vedada com fita adesiva. Ademais, em que pese a amostra tenha sido transportada a outro município para análise pericial, não há registro de quem a manuseou no trajeto de ida e volta entre o local onde está custodiada e o local onde fora realizada a perícia. Neste caso, deverá se sustentar nas alegações finais:

a) Apenas a negativa de autoria, já que é pacífico que a prova testemunhal poderá suprir a deficiência da prova pericial.

b) A necessidade de realização de nova perícia, uma vez que não há contaminação que não possa ser suprida.

c) A ilegitimidade da prova pela quebra da cadeia de custódia.

d) A ilegitimidade da prova pela quebra de cadeia de custódia ocorrida apenas pela inobservância do registro adequado do transporte e recebimento do material periciado, uma vez que a ausência de descrição de quem manuseou a prova macula sua confiabilidade.

e) A ilegitimidade da prova pela quebra da cadeia de custódia ocorrida apenas pela inobservância do armazenamento adequado do material periciado.

30. Segundo o Código Processual Penal é incorreto afirmar que:

a) Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição.

b) Nos crimes de ação pública o juiz poderá reconhecer agravantes não alegadas pela acusação durante a instrução.

c) O juiz absolverá o réu, dentre outras hipóteses, quando reconheça estar provada a inexistência do fato.

d) Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia ou queixa, no prazo de 5 (cinco) dias, se em virtude desta houver sido instaurado o processo em crime de ação pública, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente.

e) Nos crimes de ação pública, o juiz não poderá proferir sentença condenatória quando o Ministério Público tenha opinado pela absolvição.

31. A revisão dos processos findos será admitida:

a) apenas quando ainda não estiver extinta a pena, uma vez que ocorrida a extinção, a revisão seria inócua para quaisquer fins.

b) quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena.

c) quando, após a sentença, se descobrirem novas provas da inocência do condenado, sendo incabível para diminuição da pena.

d) para rediscutir fatos que a defesa considere controversos, ainda que não existam fatos ou provas novas a fundamentar o pedido.

e) para agravar a pena imposta ao condenado, quando o Ministério Público identificar

agravantes ou causas de aumento não alegadas anteriormente.

32. No que se refere à sentença no procedimento do Tribunal do Júri, considerando o que dispõe o Código Processual Penal, é incorreto afirmar que:

a) O juiz presidente estabelecerá os efeitos genéricos e específicos da condenação.

b) Em caso de desclassificação, o crime conexo que não seja doloso contra a vida será julgado pelo juiz presidente do Tribunal do Júri.

c) A apelação interposta contra decisão condenatória do Tribunal do Júri a uma pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão não terá efeito suspensivo.

d) Não existe qualquer hipótese legal de execução provisória da pena.

e) Em caso de condenação, o juiz presidente imporá os aumentos ou diminuições da pena, em atenção às causas admitidas pelo júri.

33. Sobre as medidas cautelares é correto afirmar que:

a) A prisão preventiva poderá ser determinada ainda que cabível sua substituição por outra medida cautelar.

b) As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz apenas mediante requerimento do Ministério Público.

c) É ilícita a aplicação cumulativa de mais de uma medida cautelar

d) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

e) O juiz poderá, apenas mediante pedido das partes, revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, sendo vedado que volte a

decretá-la, ainda que sobrevenham razões que a justifiquem.

34. Da decisão que conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena caberá:

- a) Recurso em sentido estrito.
 - b) Apelação.
 - c) Embargos infringentes.
 - d) Agravo de instrumento.
 - e) Mandado de segurança.
-

35. Indique o recurso cabível e o prazo para protocolo em caso de ocorrência de nulidade posterior à decisão de pronúncia do réu, quando for assistido pela Defensoria Pública.

- a) Apelação no prazo de 05 (cinco) dias.
 - b) Apelação no prazo de 10 (dez) dias.
 - c) Apelação no prazo de 08 (oito) dias.
 - d) Recurso, no sentido estrito, no prazo de 05 (cinco) dias.
 - e) Recurso, no sentido estrito, no prazo de 10 (dez) dias.
-

DIREITO CIVIL

36. De acordo com o Código Civil, não havendo previsão legal de prazo menor a prescrição ocorre em:

- a) 20 anos.
 - b) 15 anos.
 - c) 10 anos.
 - d) 05 anos.
 - e) 03 anos.
-

37. De acordo com os Enunciados do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- a) A pessoa jurídica pode sofrer dano moral.
 - b) É lícita a cumulação das indenizações de dano estético e moral.
 - c) A correção monetária do valor da Indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento.
 - d) A simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral.
 - e) Cabível, em embargos de divergência, discutir o valor de Indenização por danos morais.
-

38. São direitos reais, EXCETO:

- a) a propriedade, a superfície.
 - b) o usufruto, o uso, a habitação.
 - c) o penhor, a hipoteca e anticrese.
 - d) a posse.
 - e) as servidões.
-

39. De acordo com o Código Civil o Direito Real de Laje:

- a) O direito real de laje contempla o espaço aéreo ou o subsolo de terrenos públicos ou privados, tomados em projeção vertical, como unidade imobiliária autônoma, não contemplando as demais áreas edificadas ou não pertencentes ao proprietário da construção-base.
- b) O titular do direito real de laje não responderá pelos encargos e tributos que incidirem sobre a sua unidade.
- c) Os titulares da laje, unidade imobiliária autônoma constituída em matrícula própria, poderão dela usar, gozar, dispor e reaver.
- d) A instituição do direito real de laje implica a atribuição de fração ideal de terreno ao

titular da laje ou a participação proporcional em áreas já edificadas.

e) O titular da laje poderá ceder a superfície de sua construção para a instituição de um sucessivo direito real de laje, sem que haja autorização expressa dos titulares da construção base e das demais lajes, respeitadas as posturas edilícias e urbanísticas vigentes.

40. É anulável o casamento, SALVO:

a) de quem não completou a idade mínima para casar.

b) por infringência de impedimento.

c) por vício de vontade.

d) por incompetência da autoridade celebrante.

e) do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal.

41. A legislação civil prevê que no regime de comunhão parcial entram na comunhão:

a) os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge.

b) as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge.

c) as pensões, meio-soldos, montepios e outras rendas semelhantes.

d) as obrigações provenientes de atos ilícitos quando não reverterem em proveito do casal.

e) os bens que sobrevierem a cada cônjuge, na constância do casamento, por doação.

42. De acordo com os Enunciados do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

a) O foro do domicílio ou da residência do alimentante é o competente para a ação de investigação de paternidade, quando cumulada com alimentos.

b) Julgada procedente a investigação de paternidade, os alimentos são devidos a partir da intimação dessa decisão.

c) o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as duas prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se venceram no curso do processo.

d) O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos.

e) Os créditos de natureza alimentícia não gozam de preferência, desvinculados os precatórios da ordem cronológica dos créditos de natureza diversa.

43. De acordo com o Código civil, a respeito das obrigações solidárias, é correto afirmar:

a) Convertendo-se a prestação em perdas e danos, subsiste, para todos os efeitos, a solidariedade.

b) Existindo mais de um credor ou mais de um devedor, presume-se a solidariedade.

c) O credor não pode renunciar a solidariedade em favor de um ou de alguns dos devedores.

d) Importa em renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.

e) Cada um dos credores solidários só têm o direito de exigir do devedor a parcela que lhe cabe na prestação.

44. Sobre direito das sucessões: Concorrendo à herança do falecido irmãos bilaterais com irmão unilaterais:

a) todos herdarão em partes iguais

b) somente herdarão os irmãos unilaterais

c) somente herdarão os irmãos bilaterais.

d) cada um destes herdará metade do que cada um daqueles herdar.

e) cada um destes herdará metade se habitarem imóvel do falecido.

45. Sobre o instituto de Tomada de Decisão Apoiada, de acordo com o Código Civil é incorreto afirmar:

a) A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 3 (três) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

b) Para formular pedido de tomada de decisão apoiada, a pessoa com deficiência e os apoiadores devem apresentar termo em que constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar.

c) O pedido de tomada de decisão apoiada será requerido pela pessoa a ser apoiada, com indicação expressa das pessoas aptas a prestarem o apoio.

d) A decisão tomada por pessoa apoiada terá validade e efeitos sobre terceiros, sem restrições, desde que esteja inserida nos limites do apoio acordado.

e) Em caso de negócio jurídico que possa trazer risco ou prejuízo relevante, havendo divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores, deverá o juiz, ouvido o Ministério Público, decidir sobre a questão.

DIREITO PROCESSO CIVIL

46. A Defensoria Pública do Estado do Amapá logrou êxito em ação de obrigação de fazer com tutela de urgência logrando êxito na demanda. Contudo, o Magistrado que proferiu a decisão entendeu que a Defensoria Pública do Estado do Amapá não faz jus ao recebimento dos honorários de sucumbência.

Considerando a informação acima a luz dos recentes entendimentos dos Tribunais Superiores e da Lei Complementar nº 80/90. Assinale a assertiva correta:

a) Não é possível a concessão de honorários sucumbenciais a Defensoria Pública em hipótese alguma, em face dos entendimentos já consolidados pelos Tribunais Superiores.

b) É possível a concessão de honorários sucumbenciais a Defensoria Pública contra particulares, mas nunca contra Pessoas Jurídicas de Direito Público.

c) Não é possível a concessão de honorários sucumbenciais a Defensoria Pública por violar a autonomia funcional, administrativa e institucional.

d) É possível a concessão de honorários sucumbenciais a Defensoria Pública mesmo atuando contra Pessoa Jurídica de Direito Público à qual pertença.

e) Não é possível a concessão de honorários por haver confusão, entre credor e devedor.

47. Chama-se jurisdição voluntária à atividade de natureza jurisdicional exercida em processos cujo objeto seja uma pretensão à integração de um negócio jurídico. (CÂMARA, Alexandre F. O Novo Processo Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022, p. 50). Considerando o instituto acima assinale a assertiva correta:

a) No procedimento de jurisdição voluntária nunca haverá litígio.

b) No procedimento de jurisdição voluntária sempre será litigioso.

c) No procedimento de jurisdição voluntária se admite o pagamento de honorários advocatícios sucumbênciais, desde que ocorra litígio no curso do processo.

d) No procedimento de jurisdição voluntária não se admite o pagamento de honorários advocatícios sucumbênciais.

e) Não se admite o início do procedimento de jurisdição voluntária por provocação do Ministério Público ou da Defensoria Pública.

48. Inépcia, na língua portuguesa, quer dizer falta de aptidão, incapacidade. Uma petição inepta é aquela que não tem aptidão ou capacidade de produzir seus regulares efeitos jurídicos. (MARCATO, Antonio C. Código de Processo Civil Interpretado, São Paulo: Grupo GEN, 2022, p. 518).

Acerca do instituto jurídico supramencionado assinale a alternativa INCORRETA, a luz das disposições do Código de Processo Civil:

a) Está inepta uma petição inicial se houver ausência de pedir ou causa de pedir.

b) Está inepta uma petição inicial cujo pedido é indeterminado, fora das hipóteses autorizadas pela lei.

c) Está inepta uma petição inicial que contiver pedidos incompatíveis entre si.

d) Está inepta uma petição inicial em que da narração dos fatos não decorrer logicamente uma conclusão.

e) Será inepta a petição inicial quando houver impossibilidade jurídica do pedido.

49. A Constituição Federal de 1988, consagrou a ideia de que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos (art. 5º, LXXIV, CF). Cabe a Defensoria Pública exercer a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em

todos os graus, de forma integral e gratuita (art.185, CPC).

Considerando as disposições do texto acima, com base no Código de Processo Civil e das decisões proferidas pelos Tribunais Superiores. Assinale a assertiva correta:

a) As funções de múnus de custos vulnerabilis e custos legis são exclusivamente exercidas pelo Ministério Público, em nome da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

b) Os membros da Defensoria Pública, em regra, gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem se iniciará de sua intimação pessoal, feita por carga, remessa ou meio eletrônico, salvo quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para a Defensoria Pública.

c) A intimação pessoal do Defensor Público sempre dispensará a intimação da parte patrocinada.

d) O membro da Defensoria Pública não será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

e) O Juiz poderá nomear curador especial, exceto a Defensoria Pública.

50. Acerca da tutela de evidência assinale a assertiva correta:

a) É pressuposto da tutela de evidência a existência do chamado “periculum in mora”, ou perigo de dano iminente e irreparável.

b) A tutela de evidência funda-se em cognição sumária, de forma que a decisão é provisória e não faz coisa julgada material.

c) A tutela de evidência será concedida quando a petição inicial for instituída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor,

independentemente do conteúdo da manifestação do réu.

d) A tutela de evidência será concedida quando houver, independentemente, da matéria de fato, houver enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

e) A tutela de evidência será concedida quando ficar caracterizado o manifesto propósito protelatório da parte e houver a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

51. O atual Código de Processo Civil inovou na ordem jurídica ao trazer a possibilidade de estabilização da tutela. Com base nas disposições do Código de Processo Civil. Assinale a assertiva correta:

a) Se verifica em razão de decisão que concede tutela antecipada, seja em caráter antecedente ou incidental, sem a interposição de recurso oportuno.

b) É um fenômeno processual previsto tanto no caso de tutela de urgência, como na tutela de evidência, quando não houver a interposição de recurso oportuno.

c) Uma vez ultrapassado o prazo recursal, a decisão que concedeu a tutela estabiliza-se, tornando seus efeitos imutáveis por força de coisa julgada material.

d) Pode ser somente revista, reformada ou invalidada por meio de ajuizamento de ação rescisória perante o Tribunal competente.

e) Acontece diante da ausência de recurso quanto à concessão da tutela antecipada requerida em caráter antecedente, mas não há previsão quanto às demais espécies de tutela provisória.

52. A respeito da execução de alimentos, é correto afirmar:

a) O débito alimentar que autoriza a decretação da prisão civil do alimentante é o

que compreende até as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo.

b) O cumprimento integral da prisão civil exime o executado do pagamento das prestações que a ensejaram.

c) No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, de ofício ou a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente para, em cinco dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.

d) Se o executado for funcionário público, não poderá o juiz, em nenhuma hipótese, atender ao requerimento do exequente para que se realize o desconto em folha de pagamento da importância da prestação alimentícia.

e) Cabe a impetração de habeas corpus contra a decisão que decreta a prisão civil do devedor de alimentos por ausência de previsão legal de recurso para atacá-la.

53. A respeito dos procedimentos de jurisdição voluntária e a Defensoria Pública, assinale a alternativa correta.

a) O procedimento terá início por provocação do juiz, do interessado, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, cabendo-lhes formular o pedido devidamente instruído com os documentos necessários e com a indicação da providência judicial.

b) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, é dispensada a oitiva da Fazenda Pública, ainda que esta tenha interesse no feito.

c) Os procedimentos de jurisdição voluntária não admitem recursos.

d) Quem tiver interesse em manifestar formalmente sua vontade a outrem sobre assunto juridicamente relevante poderá notificar pessoas participantes da mesma

relação jurídica para dar-lhes ciência de seu propósito.

e) A interdição é procedimento que somente pode ser requerido pelo Ministério Público.

54. No tocante à Defensoria Pública, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

a) O Defensor Público que pratique ato atentatório à dignidade da justiça fica sujeito às sanções estabelecidas no Código de Processo Civil e na respectiva legislação funcional.

b) A Defensoria Pública não tem legitimidade ativa para dar início a processo de jurisdição voluntária.

c) A atuação da Defensoria Pública em favor de pessoa hipossuficiente é instrumentalizada por procuração ou termo de patrocínio.

d) O devedor de sentença transitada em julgado deve ser intimado por carta com aviso de recebimento para dar cumprimento à sentença quando estiver assistido pela Defensoria Pública.

e) As reproduções digitalizadas de qualquer documento público ou particular quando juntadas aos autos pelos órgãos da Defensoria Pública e seus auxiliares constituem meio de prova quando certificada sua autenticidade.

55. Sobre a improcedência liminar do pedido. Assinale a assertiva incorreta:

a) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

b) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou

pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.

c) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido quando o pedido do autor for impossível.

d) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.

e) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido quando ocorrer decadência ou prescrição.

DIREITO DIFUSOS E COLETIVOS

56. De acordo com o entendimento do STJ no que se refere à legitimidade da Defensoria Pública para a propor ações coletivas. Assinale a assertiva correta quanto a legitimidade.

a) A Defensoria tem legitimidade para propor ações coletivas que abrangem a necessitados jurídico, ainda que estes não sejam economicamente hipossuficientes.

b) A Defensoria só possui legitimidade para proteção de direitos individuais homogêneos e coletivos. Não poderá atuar em situações que envolva direitos difusos.

c) A Defensoria está limitada a atender somente os necessitados economicamente hipossuficientes.

d) Inexiste legitimidade da Defensoria Pública para propor ações coletivas, em face da ausência de previsão legal para tal finalidade.

e) Inexiste legitimidade da Defensoria Pública, uma vez que entre os órgãos

públicos com estatura constitucional para tanto, o único que possui essa prerrogativa é o Ministério Público.

57. Acerca das ações coletivas. Assinale a assertiva correta.

a) Na ação popular em causas que versem sobre os interesses simultâneos da União e de quaisquer outras pessoas ou entidades, será competente para julgar o juiz das causas do Estado.

b) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência

c) É proibido litisconsórcio facultativo ativo entre dois ou mais cidadãos na ação popular.

d) No mandado de segurança coletivo a liminar pode ser concedida antes da audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público.

e) A Defensoria Pública não tem legitimidade para proposição de mandado de injunção coletivo sendo atribuída a legitimidade somente o Ministério Público, Partidos Políticos com representação no Congresso Nacional, Organização Sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.

58. Assinale a assertiva incorreta sobre direitos difusos, coletivos e as relações de consumo.

a) Nas ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços os legitimados poderão propor ação visando compelir o Poder Público competente a proibir, em todo o território nacional, a produção, divulgação distribuição ou venda,

ou a determinar a alteração na composição, estrutura, fórmula ou acondicionamento de produto, cujo uso ou consumo regular se revele nocivo ou perigoso à saúde pública e à incolumidade pessoal.

b) Nas ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local.

c) São nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que estabeleçam a inversão do ônus da prova em favor do consumidor.

d) São consideradas cláusulas abusivas as vantagens contratuais que restringem direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato.

e) A defesa coletiva dos consumidores será exercida quando se tratar de interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

59. Assinale a assertiva correta sobre as ações coletivas e a coisa julgada nas relações de consumo.

a) Nas ações coletivas a sentença fará coisa julgada quando o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.

b) Nas ações coletivas a sentença fará coisa julgada quando for ultra partes não limitando ao grupo, categoria ou classe.

c) Nas ações coletivas a sentença fará coisa julgada quando for erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova.

d) Nas ações coletivas a sentença fará coisa julgada quando for erga omnes, apenas no

caso de improcedência do pedido que prejudique todas as vítimas e seus sucessores.

e) Nas ações coletivas que ocorreram sentença improcedente do pedido gerando coisa julgada erga omnes, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes não poderão propor ação de indenização a título individual.

60. O processo coletivo é formado por diversos princípios básicos, que são suas linhas mestras. Dentre eles, existe o que afirma não depender a demanda coletiva da vontade das partes, mas sim, da necessidade social de sua propositura. Esse princípio é o da

- a) indisponibilidade da demanda coletiva.
- b) primazia do conhecimento do mérito do processo coletivo.
- c) informação e publicidade adequadas.
- d) adequada certificação da ação coletiva.
- e) não-taxatividade ou da atipicidade do processo coletivo.

DIREITOS HUMANOS

61. Qual das assertivas abaixo descreve corretamente um caso de condenação do Brasil por violações de Direitos Humanos na Corte Interamericana de Direitos Humanos?

- a) Caso Nogueira de Carvalho e outros vs. Brasil, sobre o assassinato do advogado e defensor de direitos Gilson Nogueira, em Macaíba, interior do Rio Grande do Norte, executado por grupo de extermínio após denunciar crimes cometidos por agentes de segurança do Estado.
- b) Caso Favela Brasília vs. Brasil, envolvendo situação de violações à integridade física de crianças e adultos em situação degradante de trabalho.

c) Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil, que trata de ausência e falhas de investigações sobre execuções sumárias, tortura e atos de violência sexual perpetrados pela polícia civil do Rio de Janeiro.

d) Caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares vs. Brasil, que analisa a responsabilidade do Estado pela prática de trabalho forçado e servidão por dívidas em Fazenda do Pará.

e) Caso Marcia Barbosa de Souza vs. Brasil, que trata sobre a ausência de investigação e persecução penal do acusado pelo feminicídio da Marcia, no Estado da Paraíba, que durante o julgamento teve sua imagem estereotipada, de modo que o procedimento foi contaminado por discriminação por razão de gênero.

62. O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, que ingressou no ordenamento interno brasileiro através do Decreto 592/1992, prevê alguns direitos humanos sensíveis, que não podem ser suspensos, ainda que em situação de guerra. Assinale a assertiva que não corresponde a um destes direitos:

- a) direito à vida.
- b) direito ao reconhecimento da pessoa jurídica.
- c) direito de não ser preso por não poder cumprir obrigação contratual.
- d) direitos de liberdade de pensamento, consciência e religião.
- e) direito à propriedade privada.

63. Quantos protocolos adicionais à Convenção Americana sobre Direitos Humanos o Brasil ratificou e sobre o que tratam? Para a resposta, considere a ordem cronológica de edição dos protocolos no sistema internacional.

- a) 02 (dois) protocolos adicionais, o primeiro sobre abolição da pena de morte e o segundo sobre direitos econômicos, sociais e culturais
 - b) 02 (dois) protocolos adicionais, o primeiro sobre direitos econômicos, sociais e culturais e o segundo sobre abolição da pena de morte
 - c) 03 (três) protocolos adicionais, o primeiro sobre a abolição da escravidão, o segundo sobre a impossibilidade da prisão civil por dívida e o terceiro sobre a proteção à primeira infância
 - d) 03 (três) protocolos adicionais, o primeiro sobre o reconhecimento do direito a um meio ambiente equilibrado, o segundo sobre a abolição da pena de morte e o terceiro sobre a abolição da tortura
 - e) 01 (um) protocolo adicional, referente à abolição do trabalho infantil
-

64. Serão incorporados no ordenamento jurídico interno com status de emenda constitucional os tratados e convenções internacionais que versem sobre direitos humanos aprovados:

- a) Pelo Congresso Nacional em votação mista, reunidas as duas casas, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - b) Pela Câmara dos Deputados, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - c) em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - d) Pelo Senado Federal, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - e) Pelo Supremo Tribunal Federal, desde que por maioria absoluta dos seus membros em sessão solene.
-

65. Assinale abaixo o único tratado ou a única convenção sobre direitos humanos que não pertence ao sistema interamericano:

- a) Convenção para prevenir, punir e erradicar violência contra mulher.
 - b) Convenção contra o racismo, a discriminação racial e outras formas correlatas de intolerância.
 - c) Pacto de San José da Costa Rica.
 - d) Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.
 - e) Convenção para a eliminação da discriminação contra pessoas portadoras de deficiência.
-

66. Sobre o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional é correto afirmar que:

- a) O Tribunal será uma instituição transitória, com jurisdição sobre os Estados parte responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance nacional ou internacional, de acordo com o presente Estatuto, e será prioritário em detrimento das jurisdições penais nacionais.
- b) O Tribunal será uma instituição permanente, com jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional, de acordo com o presente Estatuto, e será complementar às jurisdições penais nacionais.
- c) O Tribunal será uma instituição transitória, com jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional, de acordo com o presente Estatuto, e será subsidiário às jurisdições penais nacionais.
- d) O Tribunal será uma instituição sazonal, com jurisdição sobre os Estados parte responsáveis apenas pelos crimes de genocídio e contra a humanidade com alcance internacional, de acordo com o

presente Estatuto, e será complementar às jurisdições penais nacionais.

e) O Tribunal será uma instituição permanente, com jurisdição sobre os Estados parte e as pessoas responsáveis apenas pelos crimes de genocídio e de guerra com alcance internacional ou nacional, de acordo com o presente Estatuto, e será prioritário em detrimento das jurisdições penais nacionais.

67. O pacto internacional sobre os direitos civis e políticos (PIDCP) positiva o que se conhece no ordenamento jurídico interno como princípio do “*non bis in idem*”, corolário de um direito penal democrático. Em seu texto, o referido diploma dispõe expressamente que:

a) O acusado absolvido por sentença passada em julgado não poderá ser submetido a novo processo pelos mesmos fatos.

b) O acusado absolvido por sentença, ainda que provisória, não poderá ser submetido a novo processo pelo mesmo crime.

c) Ninguém poderá ser processado ou punido pelo mesmo fato pelo qual já foi absolvido ou condenado por sentença passada em julgado, em conformidade com a lei e os procedimentos penais de cada país.

d) Ninguém poderá ser processado ou punido por um delito pelo qual já foi absolvido ou condenado por sentença passada em julgado, em conformidade com a lei e os procedimentos penais de cada país.

e) O acusado não poderá ser investigado por qualquer fato correlato a outro pelo qual já foi absolvido ou condenado por sentença, em conformidade com a lei e os procedimentos penais de cada país.

68. Para o enfrentamento das violações estruturais de direitos humanos das mulheres, a Convenção sobre todas as formas de discriminação contra a mulher prevê diversas

obrigações aos Estados membros, dentre as quais é possível citar:

a) que os Estados-Partes tomarão todas as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para suprimir todas as formas de tráfico de mulheres, permitida a exploração da prostituição da mulher que poderá ser regulamentada nos termos da lei.

b) que os Estados deverão tomar todas as medidas apropriadas para o resgate do estereótipo do papel masculino de proteção e cuidado fraternal com as mulheres, preservando-as de situações de violência, uma vez que dispõem, na maioria das vezes, de melhor compleição física e mental que as mulheres

c) que os Estados deverão tomar todas as medidas apropriadas para aproximar as condições de trabalho de homens e mulheres, ressalvada a possibilidade de os empregadores oferecerem salários diferentes entre os gêneros, uma vez que as mulheres são menos produtivas considerados os riscos de gestação durante o contrato de trabalho.

d) que os Estados deverão tomar todas as medidas apropriadas para modificar os padrões sócio-culturais de conduta dos homens, com vistas a alcançar a eliminação dos preconceitos.

e) que os Estados deverão tomar todas as medidas apropriadas para modificar os padrões sócio-culturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação dos preconceitos.

DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

69. Quanto ao programa de apadrinhamento previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a opção correta.

- a) A criança ou o adolescente a ser apadrinhado deve ter a idade máxima de doze anos e seu perfil será definido pela equipe técnica da entidade de acolhimento institucional.
- b) Os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela justiça da infância e da juventude poderão ser executados por órgãos públicos ou por organizações da sociedade civil.
- c) O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição, para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o desenvolvimento da criança e do adolescente nos aspectos social, moral, físico, cognitivo e educacional, mas não no aspecto financeiro.
- d) Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de dezesseis anos de idade não inscritas nos cadastros de adoção.
- e) Somente pessoas jurídicas sem fins lucrativos podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.

70. Jaime, hoje com 18 anos, responde em liberdade a um procedimento para apuração de ato infracional equiparado a roubo, supostamente praticado quando tinha 17 anos. Não tem antecedentes infracionais. Ao final, o juiz aplica-lhe medida socioeducativa de internação. É correto afirmar que,

- a) se Jaime for preso por crime praticado após o alcance da maioridade, deverá a autoridade judiciária, conforme previsão legal, decidir pela extinção da execução da medida de internação.
- b) segundo entendimento do STJ, por inexistir previsão expressa em lei, a Jaime não era possível impor medida socioeducativa em meio aberto.
- c) tendo em vista o alcance da maioridade penal e a inexistência de antecedentes, não há

previsão legal que autorize a aplicação de medida socioeducativa de internação a Jaime.

d) de acordo com entendimento hoje predominante do STJ, mesmo que Jaime, que não ficou internado provisoriamente, recorra da decisão, é adequado o cumprimento imediato da medida socioeducativa de internação.

e) segundo expressa previsão legal, a intimação da sentença deverá ser feita a Jaime, ao seu defensor e a seus pais, sendo o primeiro consultado sobre seu interesse em dela recorrer.

71. Aurora, avó materna de Amanda, hoje com dois anos e meio, obteve a guarda judicial da neta desde que nasceu, já que Bruna, a mãe, demonstrou-se inapta para o cuidado. Quando Amanda completou seis meses, Aurora ficou doente e entregou a menina para Cassia, amiga da família, cuidar provisoriamente. Porém, já se passaram dois anos e nem a avó, já recuperada, nem a mãe, visitam ou mostram interesse pela criança. Não há pai registral. É correto afirmar que

a) Cassia poderá fazer o reconhecimento de maternidade socioafetiva de Amanda diretamente em cartório, desde que haja a concordância de Bruna.

b) Cassia pode adotar Amanda, independentemente do consentimento de Bruna ou de Aurora, mas precisa obter previamente a guarda de Amanda.

c) para adotar Amanda, entre outros requisitos, Cassia precisa ingressar com pedido de habilitação e Amanda necessita ter no mínimo três anos de idade.

d) Aurora, por ser guardiã legal, cometeu, em tese, crime de entrega irregular de criança a terceiro ao deixar Amanda com Cassia sem autorização judicial.

e) se Cassia ingressar agora em Juízo pedindo a guarda de Amanda, face à burla de cadastro,

a criança será retirada de seu poder e encaminhada para pretendente habilitado.

72. Segundo dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas socioeducativas podem ser aplicadas a atos infracionais praticados apenas por

- a) crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos.
 - b) jovens de 14 a 24 anos incompletos.
 - c) adolescentes de 12 a 18 anos incompletos.
 - d) crianças de 0 a 12 anos incompletos.
 - e) adolescentes de 16 a 18 anos incompletos.
-

73. Segundo o que dispõe expressamente o Estatuto da Criança e do Adolescente no procedimento de perda ou suspensão do poder familiar,

- a) se o requerido, citado pessoalmente, por edital ou hora certa, não oferecer resposta, ser-lhe-á nomeado curador especial, cujo encargo cessará assim que comparecer o requerido perante a Justiça.
- b) sendo sabido que o requerido tenha doença mental que afete sua compreensão, a citação será feita na pessoa do curador; se for notada pelo oficial de justiça, ele certificará o fato e devolverá o mandado ao juízo.
- c) o requerido será citado para, no prazo de quinze dias, oferecer resposta escrita, indicando as provas a serem produzidas e oferecendo o rol de testemunhas, devendo ser esgotados meios razoáveis para citação pessoal.
- d) o requerido privado de liberdade deverá ser citado pessoalmente, devendo o oficial de justiça perguntar, no momento da citação pessoal, se deseja que lhe seja nomeado defensor e se deseja ouvir testemunhas em sua defesa.
- e) na hipótese de os genitores encontrarem-se em local incerto ou não sabido, serão citados

por edital no prazo de 10 (dez) dias, em publicação única, dispensado o envio de ofícios para a localização.

74. A Lei nº 13.431/2017 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas,

- a) o tráfico de pessoas é descrito como a operação, organizada em rede, de recrutamento, transporte e alojamento da criança ou do adolescente, mediante coação, sequestro ou engano, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, trabalho forçado, remoção de órgãos ou adoção ilegal.
- b) a violência institucional é entendida como aquela praticada por instituição pública, privada ou conveniada, incumbida do cuidado, proteção e defesa de direitos, cujas práticas e rotinas institucionais de seus agentes concorrem, por ação ou omissão, para a vitimização ou revitimização da criança e do adolescente.
- c) a exploração sexual comercial é entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico.
- d) o ato de alienação parental, espécie de violência doméstica, é descrito como aquele promovido ou induzido por um dos genitores ou por quem tenha a criança sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio do outro genitor ou dos avós, em prejuízo à construção ou à manutenção de vínculo com estes.
- e) a violência doméstica contra a criança é definida como qualquer ação ou omissão, baseada na condição etária, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou

psicológico no âmbito de seu espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas.

DIREITO INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

75. A independência funcional na Defensoria Pública assegura que

- a) a Instituição possa celebrar seus próprios contratos, sem a necessidade de intervenção do Poder Executivo.
- b) o Defensor Público recuse a atuação quando entender que a demanda é inadequada aos interesses do assistido.
- c) o Defensor Público tenha, obrigatoriamente, que sempre apresentar recurso.
- d) o Defensor Público natural possa ser substituído por outro Defensor Público em seus afastamentos.
- e) a Instituição não está sujeita à fiscalização ou intervenção de nenhum dos Poderes estatais.

76. “As garantias divergem das prerrogativas por serem ligadas à pessoa, e não ao cargo. Ambas, contudo, atendem ao mesmo propósito: propiciar o cumprimento idôneo e esmerado das funções institucionais.” (LIMA, Frederico R. Viana de. Defensoria Pública..., cit., p. 283. No mesmo sentido: SOUZA, Fábio Luís Mariani de. A Defensoria Pública e o acesso à Justiça Penal. Porto Alegre: Nuria Fabris, 2011. Parte I, item 4.2, p. 162.)

Considerando o texto acima acerca das garantias e prerrogativas dos membros da Defensoria Pública assinale a alternativa correta.

- a) As prerrogativas servem para permitir que o defensor público exerça, sem receios

conjugadamente, a liberdade de expressão do pensamento e a liberdade de exercício do trabalho. Permitindo assim o exercício, deste profissional, livre de interferência arbitrárias e danosas.

b) A independência funcional no desempenho das atribuições, a inamovibilidade, a irredutibilidade de vencimentos, a estabilidade e a hierarquia administrativa exclusiva da Instituição são prerrogativas do cargo de defensor público, como destinatário imediato.

c) São garantias do cargo de defensor público requisitar de autoridade pública ou de seus agentes exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições.

d) O defensor público tem como garantia e prerrogativa a possibilidade de examinar, em qualquer repartição pública, autos de flagrantes, inquéritos e processos, assegurada a obtenção de cópias e podendo tomar apontamentos.

e) O defensor público não tem prerrogativa de ser recolhido à prisão especial ou à sala especial de Estado Maior, visto que é uma prerrogativa exclusiva da advocacia privada.

77. “(...) a titularidade de direitos é destituída de sentido na ausência de mecanismos para sua efetiva reivindicação. O acesso à justiça pode, portanto, ser encarado como o requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar os direitos de todos” (Mauro Cappelletti e Bryant Garth)

Acerca do papel constitucional e dos entendimentos jurisprudencial dos Tribunais Superiores acerca da Defensoria Pública e de seus membros assinale a assertiva correta:

- a) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita somente as pessoas físicas,

quando estas comprovarem insuficiência de recursos.

b) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, com atuação exclusivamente voltada para proteção dos direitos individuais, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

c) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e a iniciativa sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos em lei, não possuindo autonomia administrativa.

d) Às Defensorias Públicas Estaduais possuem legitimidade para a defesa de direitos difusos e coletivos, inclusive, para propor ação civil pública de titularidade de pessoas necessitadas.

e) Os membros da Defensoria Pública deverão ter inscrição na Ordem dos Advogado do Brasil, assim como se submetem a fiscalização de órgão próprio por terem regime e estatuto próprio e estatuto específico.

78. Bernardo procura a Defensoria Pública narrando profundo incômodo com barulhos provenientes do apartamento do seu vizinho, que tem filhos pequenos. Dizendo ser impossível qualquer solução conciliatória, Bernardo quer que o(a) Defensor(a) intente ação de obrigação de não fazer cumulado com danos morais. O(A) Defensor(a), depois de conversar bastante com Bernardo, conclui que as reclamações são exageradas e que a ação, acaso proposta, poderia revelar-se temerária e frívola, sobretudo no que diz respeito ao pedido de danos morais. Nessa situação:

a) a prerrogativa de deixar de patrocinar a ação não poderia ter sido utilizada, vez que o

pleito de Bernardo não afrontava dispositivo de lei ou precedente vinculante;

b) cabe ao(à) defensor(a) comunicar o fato ao Conselho Superior da Defensoria Pública, que, entendendo haver denegação de justiça, poderá indicar outro(a) Defensor(a) para ajuizar a demanda em nome de Bernardo;

c) cabe ao(à) Defensor(a) comunicar o fato ao(à) Defensor(a) Público(a)-Geral, que, entendendo ter o pleito chances de êxito, deverá, ele(a) próprio(a), ajuizar a demanda em nome de Bernardo;

d) cabe ao(à) Defensor(a) comunicar o fato à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública, podendo Bernardo apresentar recurso administrativo, a ser apreciado pelo Conselho Superior da Defensoria Pública; a autodeterminação dos povos.

e) caso não seja revista a recusa de atuação, Bernardo poderá retornar, posteriormente, alegando fatos novos que justifiquem a propositura da demanda, cumprindo à Defensoria examinar novamente a situação.

79. Em uma audiência judicial, dois réus em um mesmo processo criminal acusavam-se mutuamente. A Defensora Pública que assistia ambos os acusados, corretamente, decidem

a) prosseguir na defesa dos réus, apresentando manifestações processuais distintas para cada um deles.

b) solicitar a atuação de um Defensor Público distinto para um dos acusados e prosseguir no patrocínio da defesa em relação ao outro.

c) solicitar o desmembramento processual, prosseguindo na defesa de ambos, mas atuando de forma independente em cada um dos feitos.

d) orientá-los a permanecer em silêncio.

e) recusar a atuação, diante da natureza inconciliável do conflito de interesses.

80. Sobre a assistência judiciária e a Defensoria Pública assinale a assertiva correta:

- a) a previsão de assistência judiciária aos necessitados somente surgiu com a Constituição Federal de 1988.
 - b) em sede de atuação extrajudicial coletiva existe a possibilidade de a Defensoria Pública firmar termo de ajustamento de conduta (TAC).
 - c) a atuação da defensoria pública se limita apenas a defesa judicial dos direitos das pessoas financeiramente necessitadas.
 - d) a assistência judiciária é direito a dispensa provisória de despesas, exercível em relação jurídica processual.
 - e) são objetivos da Defensoria Pública a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais, prevalência e efetividade dos direitos humanos, sem atuação na promoção a representação aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.
-